

# SUMÁRIO

<b>I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>II – SENTENÇAS PARCIAIS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL...</b>	<b>17</b>
2.1 Algumas alterações introduzidas pela Lei 11.232/05 .....	17
2.1.1 A definição da sentença pelo seu conteúdo (art. 162, § 1.º, do CPC) e a supressão do trecho “o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional (...)” do art. 463, ‘caput’, do CPC. ....	17
2.1.2 A supressão da expressão “extingue-se o processo” e a substituição do termo “julgamento” por “resolução” no ‘caput’ do art. 269 do CPC .....	24
2.2 O dogma da unidade e unicidade da sentença .....	28
2.2.1 A sentença única no processo .....	28
2.2.2 A sentença única frente ao sincretismo processual (“fase de conhecimento e de cumprimento” – art. 475-I ao art. 475-R, do CPC) .....	31
2.2.3 O fracionamento de julgamentos na Itália e Portugal .....	35
2.3 Elementos da ação ou da demanda .....	39
2.3.1 A utilização do termo ‘ação’ como sinônimo de ‘demanda’. ....	39
2.3.2 Partes .....	42
2.3.3 Causa de pedir .....	45
2.3.4 Pedido .....	50
2.4 Cumulação de demandas e sentenças parciais .....	52
2.4.1 Cumulação objetiva e subjetiva de demandas .....	52
2.4.2 Sentenças parciais no processo .....	54



<b>III – SENTENÇAS PARCIAIS NA CUMULAÇÃO SUBJETIVA E OBJETIVA DE DEMANDAS.....</b>	<b>59</b>
3.1 Cumulação subjetiva de demandas .....	59
3.1.1 Litisconsórcio facultativo ou necessário.....	61
3.1.2 Litisconsórcio necessário ativo e passivo .....	63
3.1.3 Litisconsórcio simples ou unitário.....	65
3.1.4 Litisconsórcio necessário-simples e litisconsórcio necessário-unitário.....	67
3.1.5 Litisconsórcio facultativo-simples e facultativo-unitário ...	69
3.1.6 Cumulação subjetiva de demandas no litisconsórcio, exceto no litisconsórcio unitário.....	71
3.1.7 Sentenças parciais na cumulação subjetiva de demandas.	74
3.2 Cumulação objetiva de demandas.....	76
3.2.1 Cumulação objetiva de demandas pela pluralidade de causas de pedir.....	77
3.2.2 Cumulação objetiva de demandas pela pluralidade de pedidos, exceto na cumulação alternativa .....	83
3.2.3 Cumulação objetiva inicial ou superveniente .....	89
3.2.4 Sentenças parciais na cumulação objetiva de demandas ..	93
<b>IV – SENTENÇA PARCIAL NO JULGAMENTO DE PEDIDO PARCIALMENTE INCONTROVERSO.....</b>	<b>103</b>
4.1 Considerações iniciais .....	103
4.2 Art. 273, § 6.º, do CPC: tutela antecipada ou julgamento antecipado e parcial de parte incontroversa da demanda?.....	103
4.3 Demanda com pedido único decomponível e sentença parcial ...	108
<b>V – SENTENÇAS PARCIAIS E CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO RECURSAL.....</b>	<b>115</b>
5.1 Considerações iniciais .....	115
5.2 Sentença parcial e o meio recursal para sua impugnação.....	116
5.2.1 Cabimento de apelação ou agravo? .....	116
5.2.2 A sentença parcial agravável frente ao princípio constitucional da isonomia.....	126



5.2.3 Sentença parcial: cabimento de agravo retido ou de instrumento? .....	130
5.2.4 Hipótese <i>de lege ferenda</i> da “apelação por instrumento” .....	132
5.2.5 Aplicação do princípio da fungibilidade recursal.....	138
5.3 Particularidades do agravo de instrumento interposto contra sentenças parciais .....	146
5.3.1 É dotado de efeito suspensivo recursal? .....	146
5.3.2 Juiz revisor, sustentação oral e embargos infringentes .....	151
5.3.3 Cabe agravo da decisão monocrática do relator que converte agravo de instrumento em retido ou decide pedido liminar (CPC, art. 527, II e III), à vista da proibição imposta pelo art. 527, parágrafo único, do CPC? .....	154
5.3.4 O imediato processamento dos recursos especial e extraordinário .....	166
<b>VI – COISA JULGADA PARCIAL E O PRAZO DA AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>171</b>
6.1 Considerações iniciais .....	171
6.2 Trânsito em julgado e coisa julgada.....	171
6.2.1 Coisa julgada material – definição e efeitos .....	174
6.2.2 Pressupostos para formação da coisa julgada material.....	177
6.2.3 A formação da coisa julgada parcial.....	179
6.2.4 Sentença parcial – cognição exauriente e parcial apta à formação da coisa julgada material.....	186
6.3 Cabimento da ação rescisória contra sentença parcial transitada em julgado.....	190
6.3.1 Início do prazo e competência para ação rescisória.....	193
<b>VII – CONSIDERAÇÕES DE CUNHO CONCLUSIVO .....</b>	<b>203</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>213</b>

